

Costa Rego, o primeiro catedrático de jornalismo do Brasil

José Marques de Melo*

Sumário

O ensino de jornalismo no Brasil percorreu um longo itinerário para o seu estabelecimento. Reivindicado em 1918 durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas foi afinal implementado em 1947, quando se iniciou o curso pioneiro de Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo. Nesse interregno, porém, registrou-se a criação da primeira Cátedra de Jornalismo do Brasil na Universidade do Distrito Federal, instalada na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de projeto efêmero, desarticulado precocemente durante a ascensão do ciclo autoritário liderado por Getúlio Vargas, mais conhecido historicamente como Estado Novo. Essa cátedra precursora dos estudos universitários de Jornalismo foi confiada ao jornalista Costa Rego, então prestigiado secretário de redação do jornal carioca *Correio da Manhã*, um dos principais formadores de opinião pública no país. Quem foi Costa Rego? Qual o seu perfil biográfico. Que concepções de Jornalismo ele defendia? Responder a esta e outras questões é o objetivo da presente comunicação científica.

Palavras-chave: História do Jornalismo, ensino de Jornalismo, biografia.

Resumen

La enseñanza del Periodismo desarrolla una larga trayectoria para su establecimiento en Brasil. Planteado desde el Primer Congreso Brasileño de Periodismo en 1918 fue inaugurado solamente en 1947, cuando se inicia en São Paulo la carrera pionera de la Escuela de Periodismo Cásper Líbero. Pero durante ese espacio de tiempo se registra la creación de la primeira Cátedra de Periodismo en la Universidad del Distrito Federal, instalada en la ciudad de Rio de Janeiro. Se trata de un proyecto efímero, tempranamente desarticulado durante el ascenso del régimen autoritário liderado por Getúlio Vargas, mas conocido historicamente como Estado Nuevo. Esa cátedra precursora de los estudios universitarios de Periodismo fue confiada a la dirección

* O Prof. Dr. José Marques de Melo é titular da Cátedra Unesco/UMESP de Comunicação. Este texto foi originalmente apresentado no V Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação (GT de História da Comunicação), realizado em Santiago do Chile, no campus da Universidad Diego Portales, no período de 26 a 29 de abril de 2000.

académica del Periodista Costa Rego, entonces el prestigiado secretário de redacción del diário carioca *Correio da Manhã* (Correo de la Mañana), uno de los principales agentes de formación de opinión pública en el país. Quien fué Costa Rego? Cual es el talle de su perfil biográfico? Que ideas sobre Periodismo defendia él? El objetivo de la presente comunicación es justamente contestar esta y otras cuestiones de natureza histórica.

Palabras-clave: Historia del periodismo, enseñanza del periodismo, biografía.

Summary

Journalism education had a long itinerary to go through until its establishment in Brazil. Demanded since 1918 by the First Conference of Brazilian Journalists, it finally was implemented in 1947, when the pioneer career of the Casper Líbero Journalism School started in São Paulo. In this meantime, it was created the First Journalism Chair of Brazil in the City University of Rio de Janeiro. This was an ephmeral project, early disconeted by the authoritarian government leded by Getúlio Vargas, well knwon as New State. This Chair anticipated the advanced Journalism studies in the country, and was conducted by the famous journalist Costa Rego. At that time he was Senior Editor of the daily newspaper *Correio da Manhã* (Morning Mail), one of the national opinionmakers. Who Mr. Costa Rego was? Which was his biographical profile? What Journalism ideas did he supported? The purpose of this paper is to answer these and other related questions.

Keywords: Journalism History, Journalism education, biography.

1. Análise de conjuntura

A profissão de Jornalista começa a adquirir identidade social no Brasil na passagem do século XIX para o século XX, quando as organizações que editam jornais e revistas se convertem em empresas comerciais, financiadas pela publicidade, necessitando portanto de agentes produtivos que optam pela atividade noticiosa como fonte de realização intelectual e de subsistência econômica.

Como diz TRAVANCAS (1992: 13) “os jornalistas estabelecem uma relação com sua ocupação que é bastante específica, não sendo partilhada por outros profissionais”. Ela explica que o “jornalismo como profissão exige dos seus *eleitos* uma *adesão* (...) de tal ordem que impede muitas vezes que outras atividades ou setores de suas vidas tenham maiores dimensões”. E acrescenta: “Para

muitos, este laço de envolvimento com a profissão será definido como uma *paixão* pelo trabalho e será condição *sine qua non* para sua efetiva realização”.

O exercício do jornalismo em nosso país foi feito, durante todo o século XIX, como fonte de ascensão social por intelectuais que o utilizavam como trampolim para fazer carreira na burocracia estatal ou para influir no cenário político (WEBER, 1910). O paradigma dessa simbiose entre jornalismo, política e literatura pode ser buscado em Rui Barbosa, personagem emblemático da História nacional, que atuou como jornalista no início de sua vida pública, retornando cíclicamente a essa atividade nos interregnos de seus embates políticos ou jurídicos (MARQUES DE MELO, 1995).

A precoce industrialização da nossa imprensa, que ocorre nas últimas décadas daquele século, acelera a “profissionalização” do jornalismo. BAHIA (1990: 109) descreve esse processo com muita clareza. “A profissionalização aparece não só como um fenômeno da transição econômica do país. Na imprensa, ela é uma consequência natural das novas funções do jornal, da tipografia, do livro, de todas as mercadorias culturais que se vão definindo nas prateleiras do consumo de massa. O jornal se divide, se setoriza, quer ser paladino das queixas populares.” Tal mudança ocorre na transição política entre o governo imperial e o regime republicano. “O jornal e a tipografia como indústrias, cada qual com seu mercado, precedem a República, mas é a partir da nova ordem institucional que se afirmam, se consolidam”.

Onde se formam os quadros para o exercício de um jornalismo que se profissionaliza a passos largos?

BARBOSA (1996: 114) constata que essa função é preenchida inicialmente pelas Faculdades de Direito, onde se diplomavam os aspirantes às posições de liderança na sociedade brasileira. “Se o curso de medicina e engenharia foram importantes na formação das elites, a formação jurídica era a preferida por quem pretendia se dedicar às letras, quer como crítico ou como escritores. O jornalismo funcionava como primeira porta para a carreira de escritor, mas, muitas vezes, as entradas subsequentes não podiam ser alcançadas e o bacharel perpetuava-se na profissão, dividindo-a (...) com um cargo na burocracia oficial”.

Para atender a essas emergentes demandas ocupacionais, as Faculdades de Direito ampliaram o seu universo curricular, abrindo novas oportunidades a seus diplomados. “O currículo do ensino de ciências jurídicas contemplava não apenas as disciplinas ligadas diretamente aos diversos campos do direito, mas outros que contribuíram para formar profissionais para ocupar cargos nos quadros burocráticos, na política, na diplomacia, enfim, se constituindo numa elite intelectual”.

Contudo, essa polivalência das academias jurídicas verificou-se insatisfatória para atender às necessidades das empresas jornalísticas. Os bacharéis que ingressavam nas redações, por oportunismo ou vocação, importavam os cacotes da comunicação das elites, produzindo informações inadequadas. WERNECK SODRÉ (1977: 323) reconstitui com precisão essa encruzilhada da imprensa nacional. “O noticiário era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido. As chamadas informações sociais - aniversários, casamentos, festas - aparecem em linguagem melosa e misturam-se com a correspondência de namorados, doestos a desafetos pessoais e a torva catilinária dos *a pedidos*. Os próprios anúncios não chegam para quebrar a monótona uniformidade das páginas”.

A reação não se fez esperar. Quando foi fundada, em 1908, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) assume a tese da identidade profissional do jornalismo, reivindicando sua formação específica. Na plataforma da nova entidade, tal como esboçada por Gustavo de Lacerda, está explícito o compromisso de “habilitar, por meio de título de capacidade intelectual e moral, o pretendente a colocação no jornalismo”. (MOREL, 1985: 23)

Essa meta tomou corpo em 1918, quando o então presidente da ABI, João Guedes de Mello propõe ao Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas a criação de uma Escola de Jornalismo, cujo projeto se alicerça em “idéias colhidas nas organizações norte-americanas” (SÁ, 1955: 221). Trata-se de proposta arrojada para a época. Por isso mesmo permaneceu inalcançada até o final da primeira metade do século XX.

Mas os seus autores tinham consciência das incompreensões que enfrentariam para realizá-la, numa conjuntura marcada pelo conservadorismo educacional da Primeira República. Ou da República Oligárquica, como CUNHA (1980: 132) a prefere denominar, pois a hegemonia da “classe latifundiária, principalmente a que tinha interesse na cafeicultura” estava ameaçada pela ascensão de “setores das classes média urbanas”, entre eles os jornalistas, que se profissionalizavam.

“A Escola projetada seria, provavelmente, no início, (...) uma instituição incompleta, porque toda a gente a olharia como uma planta exótica no Jardim pedagógico das escolas superiores, oficiais ou oficializadas, pretendendo o diploma oficial, o bacharelado, o doutoramento autorizado por ordem do Ministério do Interior e por uma opinião do Conselho Superior do Ensino.” Contudo, ela propugnava um estatuto que iria confrontar-se com o bacharelismo vigente. “A Escola de Jornalismo, que não queria ser oficial,

que não faria doutores nem bacharéis, mas que se propunha unicamente a propinar a seus alunos o ensino das matérias julgadas essenciais à prática da profissão cuidando da cabeça e das mãos dos estudantes, com a teoria da ciência necessária e prática das artes de gravar. Ao lado do programa das aulas do curso teórico propriamente dito, a Escola ministraria o ensino prático. Seria então, fundado o jornal para os alunos e na redação e nas oficinas dessa folha iriam os estudantes desenvolver praticamente a sua força na sintaxe e na ortografia da língua. O jornal seria a escola de aplicação, onde os alunos completariam os seus estudos, redigindo reportagens, que poderiam ser mundanas, artísticas, policiais ou sociais, escrevendo artigos de política e finanças, com orientação própria ou ditada pelo professor, fazendo a crítica de música, pintura, teatro e letras, conforme o adiantamento no curso regular da Escola". (SÁ, 1955: 220)

O relatório da comissão que aprovou a idéia da Escola de Jornalismo, no âmbito do Congresso em que foi propugnado, traduz com nitidez a consciência profissional que se fortalecia entre os jornalistas e o clima conflituoso instaurado entre essa emergente corporação e os "invasores" procedentes de outras profissões. "As causas da decadência moral e mental da nossa profissão no Brasil são várias e complexas. E não me proponho, num trabalho como este, enumerá-las e debatê-las. Quero apenas registrar uma dessas causas, hoje desassombadamente reconhecida por quantos aprendam todos os aspectos da nossa atualidade jornalística, é a invasão da imprensa pelos que falidos em outras profissões, egressos das demais atividades sociais, sem cultura, sem tirocínio, sem afinidade com ela, assaltam os jornais, impondo-se pelo útil incondicionalismo e pela subordinação". (SÁ, 1955: 222)

É compreensível, portanto, que tal projeto tinha sido engavetado pelas autoridades da época. Não havia abertura para a concretização de iniciativas fora da rede estatal de ensino superior e discrepantes do modelo hegemônico, destinado a "formar os intelectuais orgânicos da classe dominante" (CUNHA, 1980: 133). A correlação das forças sociais não favorecia as camadas ascendentes da classe média. As comportas somente começam a ser abertas pelos militares, a partir de 1922, com a rebelião dos Tenentes, que desembocaria na Revolução de 1930, propiciando uma política educativa de natureza liberal.

No bojo dessa liberalização educacional, Anísio Teixeira inspira-se no pragmatismo pedagógico de Dewey para mudar as estruturas educacionais do Rio de Janeiro, ali criando uma universidade autônoma, não tutelada pelo Governo Federal. Trata-se da Universidade do Distrito Federal - UDF, criada por Decreto do Prefeito Pedro Ernesto, em abril de 1935.

“A universidade compunha-se de um instituto de educação, já existente, e das escolas de ciências, de economia e direito, de filosofia e letras, e do instituto de artes, recém-criados. Dentre os novos cursos previstos estavam alguns completamente novos no ensino superior brasileiro: administração e orientação escolares, auxiliares de medicina e técnicas de laboratório, diplomacia, estatística, serviço social, *jornalismo e publicidade*, biblioteconomia, arquivo e museus, cinema, arquitetura paisagística.” (CUNHA, 1980: 245).

Trata-se de uma experiência educacional de jornalistas que se efetivou segundo padrões distintos daqueles preconizados pela ABI¹. Não configurava uma escola profissional para formar jornalistas em nível superior, mas de um curso universitário destinado a refletir sobre o fenômeno ascendente da cultura de massa, correlacionando duas atividades então imbricadas profissionalmente: o jornalismo e a publicidade.

Como diz MOREIRA (1991) a novidade desse projeto está na mentalidade culturalista que o inspirou, em contraste com a concepção corporativa então dominante nas escolas de ensino superior do país. Ela se vale de uma citação de Anísio Teixeira para fortalecer seu argumento: “Haverá, por acaso, demasiado ensino superior no Brasil? Não. O que há são demasiadas escolas de

1 A estratégia desenvolvida pela ABI para concretizar a idéia da Escola de Jornalismo orientou-se no sentido de reivindicá-la perante o Estado, amarrando-a no estatuto de regulamentação da profissão de Jornalista. Foi exatamente nesse contexto de criação do curso pioneiro da UDF que a ABI arrancou do Governo Vargas o compromisso de manter escolas para formar novos jornalistas. Ele está contido no Art. 17 do Decreto-Lei 910, de 30 de novembro de 1938: “O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação de profissionais da imprensa”. Em certo sentido, esse preceito legal legitimava a ação pedagógica da UDF. Mas, como essa universidade e seu curso de jornalismo teriam vida curta, a ABI continuaria a batalha para dar vida à letra morta do Decreto de 1938. Não obstante assumisse o compromisso de patrocinar a formação dos futuros jornalistas, o Governo Federal transferia a responsabilidade para os governos estaduais. Tratava-se de missão impossível, tendo em vista a centralização financeira protagonizada pelo governo federal e a situação de dependência econômica vivida pelos governos estaduais. Com que recursos iriam tais governos manietados orçamentariamente criar escolas de jornalismo? Por isso, a ABI insiste na cobrança da dívida assumida por Vargas perante a categoria dos jornalistas, logrando finalmente que se criasse uma escola oficial numa instituição determinada e que esta viesse a ser organizada com a sua participação. O Decreto-lei 5480, de 13 de maio de 1940, instituindo o curso de jornalismo no sistema educacional brasileiro, determina também que a Faculdade Nacional de Filosofia, depois agregada à Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), deveria criar um curso de jornalismo, em cooperação com a ABI e os sindicatos profissionais e patrociniais ligados ao campo jornalístico.

certo tipo profissional, distribuindo anualmente diplomas em número maior que o necessário e o possível, no momento, de se consumir”. E reitera o compromisso do seu sucessor na Reitoria daquela universidade, Professor Afonso Penna Junior: “Essa universidade (...) é precisamente um centro de alta intelectualidade, de orientação da inteligência e do saber, de formação de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos, não unicamente no preparo restrito e prático dos médicos, bacharéis e engenheiros. Nele será preparado o Homem Culto, o que difere do homem diplomado”.

Apesar das “resistências da burocracia do governo federal contra a criação da Universidade do Distrito Federal”, seus quadros “foram compostos de profissionais que aliavam competência técnico-profissional aos princípios democráticos”. (CUNHA, 1980: 247)

Ao reconstituir o panorama intelectual brasileiro durante o Estado Novo, particularmente no ano de 1936, MARTINS (1977-78: 36) explica o clima de hostilidade com que foi recebido tal projeto inovador. “Instalada desde o ano anterior, a Universidade do Distrito Federal, sob a direção de Anísio Teixeira, foi desde logo encarada e denunciada como um núcleo de perigosos esquerdistas, a a esse título recebendo a hostilidade simultânea dos meios católicos e integralistas (que, a essa altura, diga-se de passagem, mal se distinguiam um do outro)...”²

Desativada em 1939 pelo ditadura de Getúlio Vargas, essa universidade permanece até hoje na bruma histórica, desafiando os pesquisadores brasileiros para a reconstituição da sua trajetória e do seu papel inovador. Essa tarefa foi deslançada por PAIM (1981), mas seu relato é insuficiente para identificar, por exemplo, a singularidade do Curso de Jornalismo e Publicidade. Ele se limita a registrar o relatório do Reitor Penna Júnior, assinalando que no quadro do “pioneirismo” conquistado no ano de 1937 estava a criação do “curso de jornalismo e publicidade”.

A memória desse episódio histórico da universidade brasileira está

2 Tal ofensiva foi capitaneada pela Ação Católica, cuja “postura aguerrida” reafirmava os valores do cristianismo na sociedade, enfrentando a “onda positivista e laicizante do Estado”. A mobilização eclesial arregimentava contingentes entre os operários, professores, jornalistas e outras categorias profissionais. Papel importante nesse embate cabe à Associação de Jornalistas Católicos (AJC), com sede em São Paulo e sucursais em pontos estratégicos do território nacional, respaldando um jornalismo de tipo apologético, “de combate aos males do mundo e defesa do cristianismo”. Com a finalidade de formar agentes para essa imprensa engajada, a AJC institui em São Paulo, em 1936, um curso livre de jornalismo, sobre o qual existem até agora poucas evidências documentais. (GOMES, 1996). *(continua)*

depositada nos arquivos do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Além de PAIM, que estudou a “idéia de universidade” implícita no projeto da UDF, quem os consultou previamente foi a educadora Nair Fortes Abu-Merhy. Em tese apresentada ao Congresso Nacional de Jornalistas que se reuniu em São Paulo, em 1949, ela analisava a “Posição da Escola de Jornalismo no Sistema Universitário Brasileiro”, desvendando a natureza desse curso pioneiro, destinado a oferecer “conhecimentos de assuntos sociais e de deontologia da profissão”. Segundo sua interpretação, tal diretriz justificou-se pelo “equilíbrio que deve existir entre as conveniências da pura técnica jornalística e o ponto de vista do bem comum e dos interesses da sociedade”. (ABU-MERHY, 1949)

Tomando-a como fonte fidedigna, venho, há mais de um quarto de século, reivindicando para COSTA REGO o título de **Primeiro Catedrático Brasileiro de Jornalismo**³.

2(*Continuação*) É possível formular a hipótese de que essa iniciativa tenha constituído reação imediata à criação do curso/cátedra de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal, sob a responsabilidade de Costa Rego. Tal especulação fundamenta-se na plataforma política da AJC: “arregimentar em suas fileiras os jornalistas católicos de todo o Brasil, que precisam unir os seus esforços e coordenar a sua ação, para enfrentar, como uma falange aguerrida, a situação perigosa do momento e poder realizar com êxito a sua obra apostolar”. E como se configura esse perigo que atemorizava os dirigentes da AJC? Ela aparece com nitidez na esteira do endurecimento do regime autoritário encabezado por Getúlio Vargas, que desativou a Universidade do Distrito Federal. Certamente para neutralizar os efeitos do curso de jornalismo ali ministrado por Costa Rego, que contava com o implícito apoio da ABI - Associação Brasileira de Imprensa - e ao mesmo tempo para ocupar o vazio causado pela sua desativação precoce, a AJC reeditaria no Rio de Janeiro, em 1942, o curso de jornalismo iniciado em São Paulo em 1936. Para melhor compreender o clima político que emoldurava tal ofensiva, vale a pena transcrever os elogios dirigidos à AJC pela Revista Vozes, de Petrópolis, em sua edição de janeiro de 1937: “Embora de recente criação, essa associação foi o primeiro núcleo intelectual a protestar, no Brasil, e com desassombro digno de encomios, contra as atrocidades cometidas pelos vermelhos espanhóis, atitude que não soube imitar a ABI, que no entanto não poupa zumbaios aos poderosos”. (apud GOMES, 1996).

Entende-se, portanto, a observação de Wilson Martins sobre a dificuldade para se distinguir, naquela conjuntura histórica, a diferença entre catolicismo e integralismo.

3 Essa tese foi exposta na conferência que proferi na sessão de encerramento do II SIMPÓSIO DE INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL, na cidade do Recife, em abril de 1973, no auditório da Universidade Católica de Pernambuco, testemunhada pelo hoje Vice-Presidente da República, Marco Antonio Maciel, que presidia aquele ato acadêmico. O texto revisto e ampliado dessa alocução integra o conjunto de ensaios reunidos no meu livro *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação* (São Paulo, Paulinas, 1974).

Acompanha-me na sustentação dessa tese o Decano dos Professores de Jornalismo do Brasil, Erasmo de Freitas Nuzzi, hoje Diretor da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, a mais antiga do país.

“O governador do Distrito Federal, Pedro Ernesto, empolgado pela idéia da criação de uma universidade, convidou o insigne educador baiano, prof. Anísio Teixeira, para elaborar um projeto da instituição de ensino superior em moldes inéditos e avançados, congregando faculdades que abrangessem os vários ramos do saber e da cultura. No plano preparado por Anísio Teixeira figurava um curso ou *cátedra* de jornalismo, cuja organização foi entregue ao brilhante jornalista Costa Rego, editor do *Correio da Manhã*. A louvável iniciativa, cujos planos foram elaborados a partir de 1935 e começaram a ser postos em prática em 1936/37, teve vida curta, pois a Universidade do Distrito Federal foi extinta, em consequência do golpe do Estado Novo, desfechado pelo presidente Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937. Vieram, então, as sombras do período ditatorial que o país viveu até 1945.” (NUZZI, 1992: 23)

Costa Rego se orgulhava da condição de sócio da ABI, tendo participado da sua diretoria na primeira gestão de Herbert Moses (MOREL, 1985: 119), Não obstante, o nosso Primeiro Catedrático viria a adotar na UDF um enfoque pedagógico que se assemelhava menos ao modelo norte-americano propugnado por João Guedes de Melo e muito mais às “experiências européias, cujas diretrizes buscavam valorizar a formação humanística do profissional, inculcando-lhe também os valores éticos”. (MARQUES DE MELO, 1974: 17) Tal orientação explica-se pela circunstância de ser ele culturalmente francófilo, como se depreende da leitura de suas obras jornalísticas.

Essa tendência também se fortalecia no ambiente em que se desenvolveu a UDF, pois Anísio Teixeira havia contratado uma equipe de professores franceses, que lecionou durante o ano de 1936. As aulas inaugurais desses mestres foram reunidas em livro, que influenciou e/ou respaldou as idéias abraçadas pelos intelectuais da época. Da “missão francesa” se orgulhava o Reitor Afrânio Peixoto, que lhe atribua a função metafórica de “souche”. Ele esclarecia o sentido dessa alusão: “a soca, diremos nós, donde brotará, disseminada, a cultura nacional não mais um esforço individual de alguns auto-didatas, senão extensão popular e coletiva de cultura, que serão a cultura brasileira, dado o exemplo, sempre fértil em contágios e imitações”. Mas advertia que seu papel era transitório. “Isso, porém, será apenas o começo. Esses estrangeiros emi-

nentes virão, semearão, enxertarão, porão estacas e mudas, na alma nacional e partirão, com as bênçãos e reconhecimento. É aqui, é conosco, pela fecundação desse espírito universal, na alma brasileira, que deve nascer e crescer e estender-se a consciência esclarecida pela cultura, que será digna do Brasil, os futuros e definitivos professores serão todos brasileiros. Esses mestres serão os primeiros produtos da Universidade. Esses brasileiros, os mestres do Brasil". (PEIXOTO, 1937: 219)

Entre os intelectuais brasileiros recrutados para ocupar as diferentes cátedras e dirigir os departamentos da universidade estavam Hermes Lima, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Celso Kelly, Costa Rego e alguns outros.

Apesar de não existirem documentos que iluminem a ação professoral de Costa Rego no pioneiro curso de jornalismo da UDF, sua francofilia foi certamente reforçada pelo contato com os mestres franceses que povoaram as arcadas da universidade carioca em meados da década de 30. Ela aparece nítida no diário de viagem à sua "velha França", no pós-guerra, quando demonstra, não apenas familiaridade, mas um certo sentimento de adesão cultural às tradições francesas, quer visitando os cemitérios parisienses, para reencontrar os protagonistas da suas leituras, quer percorrendo as ruas daquela cidade, para restaurar o espírito da ilustração que marcou sua formação intelectual. (COSTA REGO, 1952: 259-299) Como recompensa, justa e merecida, o governo francês lhe outorgaria a comenda "Legião de Honra da França".

2. Perfil biográfico

Não obstante tenha sido um Jornalista que desfrutou de grande prestígio em sua época, Costa Rego vem sendo vítima do esquecimento nacional, como ocorre com tantos outros profissionais da imprensa.

Quem lhe faz justiça é Fernando de Azevedo, que o arrola como um dos proeminentes jornalistas brasileiros do século XX. A primeira edição da sua obra clássica "A Cultura Brasileira" foi escrita em 1943. Na quarta edição, publicada em 1963, encontramos uma longa nota de rodapé, elencando as figuras mais importantes da imprensa contemporânea.

"Não caberia certamente nos limites de uma obra de síntese a citação de todas as figuras que se destacaram, sob alguns aspectos, no jornalismo do período republicano. Aliás não é reduzido o número de profissionais de outras carreiras e de homens de letras que foram 'episodicamente' jornalistas, sob a pressão da vida pública, com a qual se abriam e se encerravam suas atividades de imprensa. Mas, entre os grandes jornalistas 'de profissão' não seria possível

esquecer os nomes ilustres de Quintino Bocaiúva (Rio, 1836-1912), que já se havia imposto na campanha abolicionista e republicana; Alcindo Guanabara (Estado do Rio, 1865-1918); José Carlos Rodrigues (Estado do Rio, 1844-1923), diretor do 'Jornal do Comércio'; Eduardo Salonde e João Lage de "O País"; Edmundo Bittencourt, fundador e diretor do 'Correio da Manhã'; Júlio Mesquita, de 'O Estado de São Paulo', e, mais recentemente, José Eduardo Macedo Soares, fundador e diretor de 'O Imparcial', **Costa Rego do "Correio da Manhã"**, e Assis Chateaubriand - um dos mais notáveis jornalistas que já teve o Brasil, fundador dos 'Diários Associados' - a mais vasta e poderosa rede nacional de jornais, revistas e estações de rádio, disseminados pelo país." AZEVEDO, Fernando (1963: 697)

O único registro de sua trajetória intelectual foi publicado, no ano do seu centenário de nascimento, como decorrência da admiração que lhe dedica o conterrâneo Antonio Sapucaia. No opúsculo "*Costa Rego, esse esquecido*", o escritor alagoano lamenta: "Com relação a Costa Rego, um jornalista de nomeada, que governou Alagoas e exerceu os cargos de deputado federal e senador, não se sabe ao menos a casa em que nasceu. Asila-se-o, assim, em brutal e incompreensível olvidamento".

Inconformado, reivindica SAPUCAIA (1989: 6): "É preciso recompor a personalidade de Costa Rego - fragmentada nos seus escritos de juventude, na ação de governo, na sublimação da pobreza de origem - para que a juventude de Alagoas, especialmente do Pilar, tenha um edificante exemplo a lhe servir de inspiração. Do contrário, permite-se que o tempo, aos poucos e inexoravelmente, vá engolindo a exemplaridade da sua vida, digerindo-a no estômago do esquecimento".

Quem foi o hoje "ilustre desconhecido" Costa Rego ?

Para recompor seu perfil biográfico, começemos pelo verbete incluído no volume *Brasil e Brasileiros de Hoje*, vol. II, organizado sob a liderança de Afrânio Coutinho e publicado no Rio de Janeiro, em 1961:

"**REGO, Pedro Costa.** Jornalista. Pilar, AL, 12 mar. 1889. Pais: Pedro Costa Rego e Rosa Costa Rego. Cas: Alzira Costa Rego. Filhos: Rosa Fernanda, Alzira e Maria de Lourdes. Carreira: Redator "Correio da Manhã", desde 1907; sec. Agric. Alagoas, 1912; dep. fed. AL, 1915-23, 1928-29; governador est. Alagoas, 1924-28; senador fed. AL, 1929-30, 1935-37; etc. Membro: ABI. Títulos honoríficos: Legião Honra França; comendador Polônia Festituta; grande oficial Mérito Chile. Endereço de residência: Av. Gomes Freire, 81, Rio de Janeiro, GB." (COUTINHO, 1961-II: 335-6)

As informações foram prestadas pelos próprios biografados, de acordo com questionário elaborado pelos organizadores da coleta e posteriormente arquivadas no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Com base nos dados recolhidos, os organizadores do volume redigiram cada verbete. Como Costa Rego havia falecido há 5 anos, certamente o familiar ou amigo que preparou sua ficha biográfica o fez comedidamente, fiel ao despojamento que sempre caracterizou sua personalidade.

Essa modéstia se torna mais evidente quando fazemos um confronto de tal síntese curricular com a sua história de vida, reconstituída pelo já citado biógrafo alagoano⁴.

“Pedro da COSTA REGO Filho nasceu em Pilar, no dia 12 de março de 1889. Filho de Pedro da Costa Rego e de Rosa de Oliveira Costa Rego, aos 8 anos perdeu o pai, e, aos 10 anos, perdeu a mãe. Sacudido à orfandade, foi acolhido por uma tia materna, Ana de Oliveira e Silva, que o encaminhou, aos 11 anos de idade, para o Rio de Janeiro, em companhia de um irmão, Rosalvo da Costa Rego, ficando os dois sob os cuidados de um tio, o jornalista Antonio José de Oliveira e Silva, que os acolheu e os educou. Rosalvo da Costa Rego tornou-se arcebispo do Rio de Janeiro, e Costa Rego fez-se um jornalista dos mais respeitados no Brasil. Secretário da Agricultura de Alagoas (1912); deputado federal em três legislaturas (1915-1917, 1918-1920 e 1921-1923); governador de Alagoas (1924-1928) e senador (1929-1930 e 1935-1937), faleceu no Rio de Janeiro, aos 65 anos de idade, às primeiras horas do dia 6 de julho de 1954, vítima de um tumor maligno que lhe atingiu o baço, sendo sepultado no dia seguinte, às 10 horas, no Cemitério São João Batista. Deixou viúva, dona Alzira Lopes Costa Rego, hoje falecida, e três filhas: Maria de Lourdes, Alzira Rosa e Fernanda Costa Rego. Dizem que era sidudo, falava pouco e pausado...” (SAPUCAIA, 1989: 6)

Na sua trajetória pública, destacam-se duas facetas: o jornalista e o

⁴ Registre-se aqui nosso agradecimento ao escritor ANTONIO SAPUCAIA, que pôs à nossa disposição os documentos de que dispunha sobre COSTA REGO para a elaboração desta monografia, inclusive depoimento inédito do neto do biografado. A intermediação foi realizada através do Dr. Dermeval Nepomuceno Marques, que se encarregou também de selecionar e fotocopiar livros e recortes de jornais, úteis para a nossa pesquisa. Igual reconhecimento deve ser dirigido ao Dr. José Nepomuceno Marques, que peregrinou pelas bibliotecas alagoanas, em busca de exemplares perdidos da obra de Costa Rego, contando para tanto com os conselhos do historiador MOACIR MEDEIROS DE SANT'ANA, sem dúvida o principal guardião da memória histórica de Alagoas

político. O jornalismo serviu-lhe de escada para ascender na política. As duas atividades confluíram para uma terceira vertente - o escritor -, esta motivada pelo convívio com os literatos que habitavam o cenário do “Correio da Manhã”, estimulando-o à publicação de três livros.

“Personalidade multifacetária, Costa Rego teve no jornalismo a sua atividade maior, servindo-lhe de fanal à navegabilidade dos seus sonhos, e guiando-lhe condições de aportar na Secretaria de Agricultura, aos 23 anos, em cargos parlamentares, como deputado e senador; no governo de Alagoas, aos 35 anos de idade. Exerceu o cargo de governador do Estado na plenitude de sua autoridade, pujante de severidade e rigor. Fê-lo com coragem espartana e determinação de suicida, cuja administração não teve precedentes e nem criou sucessores. A austeridade e a honestidade foram o timbre principal da sua atividade de governo, e ninguém o excedeu, sob esses aspectos. A sua administração foi marcadamente polêmica e, por vezes, contraditória, frente ao modo pessoal e inusitado que nela introduziu. Não lhe faltam críticas ásperas e, às vezes, injustas, mas igualmente lhe sobraram aplausos e reconhecimento. (...)”. (SAPUCAIA, 1989: 6)

Os jovens historiadores da política alagoana começam a fazer justiça a Costa Rego, ressaltando a ação modernizadora do seu governo. TENÓRIO (1997: 129) encontra uma fenda no pacto oligárquico, representada pela sua intervenção na política alagoana. “A escolha pessoal, por Fernandes Lima, de seu sucessor, o jornalista alagoano Costa Rego, radicado no sul e de grande prestígio intelectual, evidencia um sinal de esgotamento da hegemonia política da elite rural e de transformações no horizonte”. VERÇOSA (1996: 147-148) destaca a mudança que ele introduz no modo de governar. “Personalidade forte, logo vai romper com seu mentor, afastando-se de alguns coronéis que vinham dando as cartas ao jogo político no período anterior”. Em função disso, “ procurava atenuar o quadro de profundo arcaísmo que emoldurava Alagoas”. Mas, adverte o autor: “Essa forma de agir na política alagoana, de que se veriam ainda outros exemplos, não foi até hoje devidamente analisada pelos estudiosos da história de Alagoas nem por interessados em compreender a mentalidade política brasileira”. MIRANDA (1998: 67) identifica-o como “merecedor do reconhecimento dos alagoanos que lhe devotavam imenso respeito e solidariedade pela firme disposição de obstar a criminalidade existente em sua época”.

Se o desempenho político de Costa Rego suscitou controvérsias, sua ação jornalística mostra-se consistente e coerente. Foi um profissional sério,

disciplinado, rigoroso e respeitado pela sua corporação. Daí o convite que lhe fizeram os dirigentes da UDF para implantar a primeira Cátedra de Jornalismo do Brasil.

“Como jornalista, foi de uma magistralidade notável, nivelando-se aos mais sábios de sua época. Atingiu, com relativa brevidade, às cumeeiras da profissão. O jornalismo lhe estava na alma, no sangue, nas entranhas, e dele não se separou nem mesmo quando se dedicou à faina política. Seus pendores para a atividade jornalística foram despertados ainda no Mosteiro de São Bento, quando fundou a revista literária *Véritas*, onde escrevia sob o pseudônimo de ‘Celestino Pompéa’. Depois, iniciou-se no jornal *O Século*, de Brício Filho, e mais tarde se transferiu para o *Correio da Manhã*, onde começou como revisor e terminou redator-chefe”. (SAPUCAIA, 1989: 9/10)

Sua pedagogia da austeridade fez escola, embora mantivesse, fora da redação do jornal, relações cordiais com seus colaboradores. Ele se tornou figura lendária na imprensa carioca, motivando depoimentos de seus aprendizes de jornalismo, como Otto Lara Resende:

“Eu já conhecia Costa Rego e merecia dele uma atenção quase carinhosa, se considerarmos a alma de mandacaru que primava em ostentar. Através de Paulo Mendes Campos, seu jovem favorito, filava-lhe com frequência a carona, a caminho da Zona sul. O velho Senador - não era tão velho assim e já não era senador, mas guardava o título - era pontualíssimo; saía irrevogavelmente às onze horas; dirigia devagarinho dentro da noite pacata, com uma prudência anedótica, dois carros que alternava dia sim, dia não; um Citroen e, não me engano, um Chevrolet. Aos interlocutores, cabíamos quase sempre só a honra e o prazer de ouvintes - eram casos da República Velha, trechos da vida da imprensa, bengaladas em plena rua, campanha contra o jogo, ferozes histórias de Alagoas (estado de que Costa Rego tinha sido governador).” (RESENDE, 1994: 78)

Na década de 40, o *Correio da Manhã* liderava a imprensa da capital da República. Na cúpula da redação, pontificava uma “República das Alagoas”, chefiada por Costa Rego, e integrada por Aurelio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos e Rodolfo Mota Lima. “Mandão, exigente e irritadiço, porém competente, o redator-chefe zelava pela *ortografia da casa*, expressão cunhada por Paulo Bittencourt para definir o jeito de ser do jornal”. (MORAES, 1992: 241).

Antonio Callado, que seria o sucessor de Costa Rego na chefia da redação, assim descreve a atuação daquele grupo: “Os alagoanos, na prática,

cuidavam do texto. Não tinham nada da ranhetas, não; apenas fiscalizavam a linguagem e o estilo. Naquela época, aprendia-se português muito melhor do que hoje, havia mais consciência do valor da língua”. (MORAES, 1992: 241).

Se no topo figuravam os alagoanos, o conjunto da redação era formado por uma equipe de qualidade, pois Costa Rego se esmerava em recrutar jornalistas competentes. “A redação funcionava num grande salão, onde se misturavam as seções de política, economia, esporte, polícia, reportagem, internacional e cultura. O centro dessa balbúrdia era a mesa enorme - que os repórteres chamavam de trono - do secretário Edmundo de Castro. (...) Graciliano ocupava uma mesa numa sala contígua à de Costa Rego, batizada de Petit Trianon, por abrigar celebridades como os editorialistas Otto Maria Carpeaux e Álvaro Lins. (...) A equipe incluía Mário Pedrosa, que escrevia artigos assinados e editava a seção de artes; Luiz Alberto Bahia (mais tarde redator-chefe) e Heráclio Salles, na reportagem política; o português Thomaz Ribeiro Colaço, meio reacionário e antiesquerdista, mas culto e excelente redator de assuntos internacionais; redatores da envergadura de Franklin de Oliveira, Otto Lara Resende, Gondim da Fonseca e Paulo Mendes Campos; o crítico Moniz Vianna, célebre adversário do cinema nacional; Achilles Chiról e Walter Mesquita, na área de esportes; Paschoal Carlos Magno, Jorge Leão Teixeira, Jayme Maurício e José Condé, especializados em artes e literatura; colaboradores do calibre de José Lins do Rego e Octávio Tarquínio de Souza. Como focas da redação despontavam Luciano de Moraes, Fuad Atala, Aloísio Branco e Raul Pragana.” (MORAES, 1992: 241/242).

O episódio da contratação de Graciliano Ramos para integrar aquela redação é reconstituído por sua filha Clara Ramos:

“... Mestre Graça...(....) começou a trabalhar ali, no prediozinho da Rua Gomes Freire, quando Aurélio Buarque de Holanda o indicou para o lugar de revisor de tópicos e editoriais. Não existe na época a figura do *copy-desk* nas redações. Graciliano foi lembrado para exercer função análoga. Embora o redator-chefe Costa Rego estivesse carecendo de um sujeito que endireitasse a sintaxe e o estilo do pessoal, refutara a indicação:

- Graciliano é um homem rico e não há de aceitar esse tipo de emprego.

Aurélio garantiu que o amigo vivia na prontidão. O outro não se convencera:

- Você está certo disso ? Graciliano é o único alagoano que até hoje não me pediu coisa nenhuma.

No dia em que o romancista começou a trabalhar, o redator-chefe

comentou que, pelo modo como o homem arregaçou as mangas e dispôs na mesa os papéis, viu logo tratar-se de profissional.” (RAMOS, 1979: 206)

As relações entre Costa Rego e Graciliano Ramos eram mutuamente respeitadas e cordiais.

“Correndo contra o relógio, Costa Rego e Graciliano Ramos raramente conversavam durante o fechamento. O redator-chefe fazia questão de que seus artigos fossem lidos previamente por Graciliano, que, concentrado na tarefa, com ar grave, desestimulava os que pretendiam abordá-lo”. (MORAES, 1992: 242)

Eles se conheciam desde os tempos em que haviam militado na política alagoana.

“O redator-chefe do *Correio*, desde 1940, era o alagoano Pedro da Costa Rego. Três vezes deputado federal, senador e diplomata, Costa Rego conhecia Graciliano da época em que governava Alagoas e ele administrava Palmeira dos Índios. Conviveram por pouco tempo, já que o governador estava em fim de mandato. Com o passar dos anos, Costa Rego acompanharia, com admiração, a trajetória do romancista.” (MORAES, 1992: 242)

Aurélio Buarque de Holanda, o amigo que os reaproximou, neles identificava qualidades literárias, além da origem territorial comum. Cabe-lhe a iniciativa de encorajar Costa Rego para reunir em livro uma seleção dos seus escritos jornalísticos e de seus discursos políticos, convencendo-o do mérito literário que possuíam. Prontifica-se a redigir-lhe o prefácio, onde o designa como “jornalista ideal” pelo cultivo de dois atributos da escrita: precisão e síntese.

“Ao escritor excelente que há nesse homem de imprensa serviu a experiência do jornal para dar-lhe as melhores qualidades do ofício, sem lhe embotar a sensibilidade e gosto literário. E a vocação e amor da literatura não se lhe acusam apenas em numerosos traços do estilo, mas ainda no pendor para tratar de assuntos relativos às letras. Há, pois, nesse homem de jornal um ser dividido entre jornalismo e literatura - e não raro é possível imaginar-lhe uns toques de mágoa por não se haver entregue de todo a esta, pois o seu alto espírito público bem cedo o arrastou para aquele. (...) Estas *Águas Passadas* oferecem imagem completa da rica personalidade do autor: o jornalista, o orador, o conferencista, o ensaísta, o homem público ... (...), do jornalista propriamente, a maioria delas. De um jornalista, porém, que não se divorcia do escritor, escritor notável por um conjunto de qualidades

que, sendo próprias do homem de jornal, nem sempre nele se vêem, e de outras peculiares ao homem de letras”. (HOLANDA, 1952: IX-XIV)

Por isso, seu biógrafo não se equivoca ao dizer: “O jornalista e o escritor formavam uma simbiose perfeita. Os artigos, as crônicas e os discursos que produziu, todos se somam na beleza do estilo, que se alicerça em frases bem construídas. São escritos altamente conceituosos, e muitos chegam a ser antológicos. Alguns deles estão aconchegados nas páginas de *Águas Passadas, Na terra natal e Economia mal dirigida*, dimensionando a arte de escrever do jornalista-escritor”. (SAPUCAIA, 1989: 10)

Todavia, para melhor desvendar a pujança da sua personalidade multifaceta, torna-se oportuno reiterar a proposta já feita quando foi comemorado seu centenário de nascimento.

“À guisa de sugestão, lembramos que uma homenagem oportuna e coerente seria o governo do Estado, através de uma comissão, mandar reunir em livro dezenas de artigos que foram escritos e publicados quando da sua morte - e o *Correio da Manhã* fornece excelente manancial - e, separadamente, enfeixar algumas das centenas de artigos que escreveu e publicou, do que nasceria, em letras de forma, uma visão robusta da individualidade de Costa Rego”. (SAPUCAIA, 1989: 15)

Para ser completa, essa reconstituição precisaria incluir a sua atividade docente. Ela se resume, contudo, a um traço no seu registro biográfico.

“Mesmo sem ter frequentado nenhum curso superior, já que no Rio estudou apenas no Mosteiro de São Bento, tornou-se professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia, no Rio de Janeiro, lecionando a cadeira de História das Américas, fato este que diz da sua inteligência e da sua capacidade intelectual”. (SAPUCAIA, 1989: 10).

A idéia da restauração seletiva de sua obra permanece válida. Trata-se de desafio que pode ser enfrentado pela academia, independentemente da ação que compete ao poder público.

Quando faleceu, em 1954, a sociedade carioca tributava a Costa Rego homenagem de estadista, assim descrita por seu crítico Romeu de Avelar:

“Com um cortejo pompeante e grave de Presidente da República ou ídolo popular, foi enterrado o velho jornalista Costa Rego. Este fanático e predestinado homem de imprensa, foi um verdadeiro personagem balzaqueano na sua profissão, que viveu intensamente e à maneira do seu temperamento de excêntrico e intransigente da rotina”. (SAPUCAIA, 1989: 11)

Ao programar a celebração o cinquentenário da sua morte, em 2004,

a comunidade acadêmica das ciências da comunicação pode rememorar justamente sua condição de nosso Primeiro Catedrático de Jornalismo. Quem sabe, tal reconhecimento venha a se configurar através de uma monografia de graduação ou tese de pós-graduação. Trata-se de desafio a ser correspondido através da metodologia da história oral, reunindo depoimentos dos seus alunos ou de jornalistas que com ele conviveram. Mas também pode ser feito através da análise de conteúdo dos jornais da época, que sempre registraram corporativamente os fatos relativos aos avanços da profissão.

À guisa de contribuição para essa atividade, faremos uma incursão preliminar nas idéias jornalísticas contidas na sua obra de síntese, lançada dois anos antes do seu falecimento.

3. Concepções jornalísticas

A obra publicada de Costa Rego compõe-se de três volumes. O conteúdo dos dois primeiros - *Na terra natal* (1928) e *Economia mal dirigida* (?) - refere-se à sua intervenção exclusivamente na política.

Somente *Águas Passadas* (1952) contém pistas da sua atuação jornalística. Ela inclui também o ensaio que produziu em 1930 - *Como foi que persegui a imprensa* -, defendendo-se das acusações dos seus adversários na política alagoana de que havia perseguido a imprensa durante sua gestão governamental.

Por esta razão nela nos fundamentaremos para explorar e tentar compreender suas concepções sobre jornalismo.

O livro tem duas partes. A primeira é uma coletânea de discursos e ensaios sobre temas diversos. A segunda enfeixa as notas da viagem que o autor fez à Europa em 1948.

A concisa nota que abre o volume, datada de outubro de 1951, tem o sentido de um balanço de vida e denota uma intenção de despedida.

“Estas águas correram de várias fontes. Havendo passado no curso de muitos anos e em diferentes circunstâncias, guardam algumas delas certas impurezas dos sítios percorridos, mas espelham outras os dias amoráveis de minha. Se as reúno, é para que tenham um estuário; e esse estuário, ai de mim! representa o fim das coisas em que me deixei consumir até à idade provectora.”

(COSTA REGO, 1952: V)

Do conjunto da obra, quatro capítulos são dedicados especificamente ao jornalismo. Três são peças de oratória e um se configura como ensaio de combate político (melhor dizendo: depoimento histórico ou registro auto-

biográfico). Examinando cada um desses textos é possível identificar as concepções jornalísticas esposadas por Costa Rego.

Elas estão situadas em quatro eixos temáticos: a) Natureza do Jornalismo; b) Missão do Jornalista; c) Direito de Resposta; d) Relação entre imprensa e governo.

Vamos analisá-las separadamente.

a) Natureza do Jornalismo

Costa Rego expôs sua concepção sobre a natureza do Jornalismo, em 13 de maio de 1939, durante o discurso proferido na ABI, na solenidade de inauguração do retrato de Tavares Bastos.

Nessa ocasião, ele reivindica para Tavares Bastos o título de “primeiro jornalista brasileiro na ordem cronológica”. (COSTA REGO, 1952: 22-28) Trata-se de tese iconoclasta, que recusa a polêmica dominante na História do Jornalismo Brasileiro (WERNECK SODRÉ, 1977: 23-30). Os nossos historiadores assumem pontos de vista polarizados. Alguns reconhecem a primazia de Frei Tibúrcio José da Rocha, redator da “Gazeta do Rio de Janeiro”, primeiro jornal a ser publicado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1908 nos prelos da Imprensa Régia. Outros atribuem o pioneirismo a Hipólito José da Costa, redator do “Correio Braziliense”, periódico editado em Londres a partir de 1 de junho daquele ano, contrabandeado regularmente para o Brasil⁵.

Costa Rego desloca o debate para outro plano. Ele desqualifica a questão do patriotismo dos personagens hegemônicos, tal como se apresentaria nas defesas antagonicas de SEGISMUNDO (1962) e de BARBOSA LIMA SOBRINHO (1996). Na sua análise, há uma distinção entre Imprensa e Jornalismo. A primeira situa-se no campo “material”, confundindo-se com a tipografia e os aparatos que permitem a publicação física dos jornais. A segunda tem natureza “espiritual”, correspondendo à atividade realizada pelo “jornalista ideal”, aquele que demonstra capacidade de “receber imprecisas e a transmitir ampliadas as vibrações do meio” (COSTA REGO, 1952: 24).

5 Essa polêmica permanece na atualidade. Até recentemente, a data oficial dedicada aos jornalistas brasileiros era comemorada em 10 de setembro (data da publicação do primeiro exemplar da “Gazeta do Rio de Janeiro”). A partir do ano 2000, a celebração passará a ser feita no dia 1 de junho (data da edição do primeiro número do “Correio Braziliense”), tendo em vista lei aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, atendendo a antiga reivindicação de segmento expressivo da corporação jornalística. Mas a questão não é pacífica. As divergências continuam aguçadas entre os defensores de uma tese ou da outra, ensejando debates apaixonados na internet.

Na argumentação, o autor nega o exercício de “jornalismo” na atividade praticada por Frei Tibúrcio José da Rocha. Ela “teve por mérito apenas assinalar no tempo a fundação material do primeiro jornal consentido, pois em sua época eram crime periódicos, a não ser o de espírito governamental, molhado com a tinta da tipografia régia e banalíssimo como expressão de nossa vida espiritual” (COSTA REGO, 1952: 22). Ou seja, para a existência de jornalismo não basta dispor da imprensa, sendo imprescindível que haja liberdade de imprensa.

Tal condição foi desfrutada por Hipólito José da Costa, justamente porque seu periódico se editava em Londres. Daí a ironia: “A Inglaterra foi, por isso, a primeira garantia do direito de Imprensa entre nós” (COSTA REGO, 1952: 23). Mas isso não constituía requisito suficiente para a prática do jornalismo. Ele advoga isenção dos agentes do jornalismo, o que se traduz por independência, apartidarismo, neutralidade. Por isso, adota uma atitude radical, matizando a atividade desenvolvida através da imprensa pelos homens públicos que militaram em prol da independência do Brasil.

“Nego todavia a Hipólito José da Costa o título de primeiro na ordem cronológica dos jornalistas do Brasil, como o nego aos valentos redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, de *A Malagueta*, de *O Tamoio*, do *Diário Fluminense*, de *Astréia*, de *Aurora Fluminense*, do *Observador Constitucional*, de *O Tribuno do Povo*, de *A Matraca*, de *O Filho da Terra*, de *O Exilado*, porque eram todos, antes, homens políticos manejando o Jornalismo - manejando sem dúvida com arte, profundidade e técnica, mas sempre, em última análise, ao serviço de um partido ou de uma determinada causa”. (COSTA REGO, 1952: 23)

Diante dessas premissas, não hesita em reconhecer a vocação de Tavares Bastos para o jornalismo e a lhe atribuir prevalência histórica no seu exercício em território brasileiro.

“Tavares Bastos foi o primeiro que fugiu a essa regra - eu diria melhor a êsse destino: praticou o Jornalismo puro, talvez sem o saber. Excluída qualquer idéia de irreverência, pois que a personagem era jocosa, ele reproduziu, a meu ver, o Jourdain, de Molière, fazendo prosa sem o saber”.

Mas quem foi Tavares Bastos? Personalidade paradigmática da vida pública brasileira, que viveu durante o Segundo Império, natural das mesmas Alagoas que viram nascer Costa Rego, tem uma ficha biográfica singular.

“BASTOS, Aureliano Cândido Tavares (1839, Alagoas - Nice, 1875).

Jornalista, escritor e pensador político. Lutou no Parlamento e na imprensa, contra a centralização administrativa do Segundo Reinado. Escreveu *A Província*, *Cartas do Solitário* e *Estudos sobre a Reforma Eleitoral* entre outros". (FAUSTO, 1995: 600)

Elucidativo, porém, é o perfil que lhe traça Costa Rego, demonstrando a precocidade das teses por ele abraçadas e portanto a persistência das suas idéias quando examinadas sob o prisma contemporâneo.

"Nascendo embora há cem anos, Tavares Bastos é em espírito o mais atual, porque foi em pessoa o mais profundo, de nossos homens de governo, apenas com o imperativo daquilo que Fouillée chamaria mais tarde as idéias-força. Tavares Bastos, que morreu jovem, deu-se aos estudos práticos, nos albores da segunda metade do século XIX, época dos gorjeios românticos. A precocidade era assombrosa: primeiramente, pela visão do Brasil em pessoa tão moça; a seguir, pelo excepcional poder de desintegração da zona frívola onde se perdiam os rapazes do tempo. Orador, enfrentava Tavares Bastos em sua tenra idade as grandes figuras do Parlamento, como o primeiro ministro Paranhos, depois Visconde do Rio Branco, discutindo finanças e economia. Escritor, estudava o Amazonas, dando sérios conselhos, só hoje atendidos, ainda assim graças às constantes catástrofes da região" (COSTA REGO, 1952: 26)

Ele conclui o breve retrato, exaltando seus dons proféticos e atuação na Imprensa:

"Nada há do que temos feito pelo Brasil, nestes últimos cinquenta anos que não esteja em Tavares Bastos, nada do que nos resta fazer que não tivesse apontado. (...) Tavares Bastos serviu ao Brasil escrevendo na Imprensa, oferecendo-nos o padrão do jornalista como o defini, isto é, o homem de todas as paixões - de todas as paixões, cumpre realçar, inspiradas pelo bem coletivo". (COSTA REGO, 1952: 28)

A concepção de Costa Rego sobre a natureza do Jornalismo se robustece e adquire consistência quando retomamos o argumento usado para defender a tese de que Tavares Bastos foi o primeiro homem público brasileiro a praticar autêntico jornalismo. Ele contextualiza, distinguindo-o claramente daqueles seus contemporâneos ou predecessores nas lides da imprensa, que militavam nos jornais para defender exclusivamente interesses partidários ou ideológicos, sem fidelidade às aspirações coletivas.

"Tavares Bastos viu, considerou e julgou o Brasil pelo prisma das suas necessidades, e, como estas eram muitas, tanto tais numerosas quanto sua visão as buscava e as descobriu onde estivessem, realizou esponta-

neamente - quase digo inconscientemente - o tipo ideal do jornalista... (...) O jornalista não é, parece-me, o homem de uma paixão, seja esta embora nobre: é o homem de todas as paixões, a inteligência sensível e espontânea, capaz de vibrar a qualquer momento, diante de qualquer fato ou de qualquer idéia ou de qualquer causa, mesmo vulgar o fato, mesmo indefinida a idéia, mesmo obscura a causa. Que ele tenha probidade - é o seu primeiro atributo. Que ele tenha boa forma - é a sua primeira arma. Tenha probidade, para impor confiança. Tenha boa forma, para suscitar atração. Assim provido, cumpre-lhe devassar a vida e agitá-la". (COSTA REGO, 1952: 23-24)

Contudo, o cerne da argumentação está nos dois atributos que ele considera indispensáveis ao "jornalista ideal": neutralidade cognitiva e capacidade interpretativa.

"Já existiam jornais e, pois, jornalistas - jornais eram o instrumento desta ou daquela ação política, jornalistas que por via de regra apenas cultivavam uma tendência. Mas estava ainda por aparecer o homem neutro, suficientemente alheio a todos os interesses de grupos, que abrangesse, em visão de pensador, os problemas gerais, estivessem ou não estivessem - e na maioria dos casos não estavam - nos programas dos partidos. (...) A vida apresenta-se complexa, sobrecarregada por numerosos problemas, e confusa. Não basta vê-la; é necessário compreendê-la. O jornalista reúne certas idéias em face da vida, e entra a interpretá-la. Foi o que fez Tavares Tavares Bastos..." (COSTA REGO, 1952: 24)

b) Missão do Jornalista

Qual a missão precípua do Jornalista na sociedade? Ela está implícita na compreensão que Costa Rego tem da natureza do Jornalismo. O compromisso essencial do jornalista está na esfera do bem comum, das aspirações coletivas. Trata-se de um ser apartidário, desapaixonado, neutro, probo e elegante, capaz de perceber todos os fatos, ainda que eles possam parecer vulgares, interpretando-os pela ótica do interesse público.

Mas, quando o jornalista se depara com o poder e com seus mandatários, como se comportar? Esta foi a questão que lhe propuseram seus colegas de profissão, ao designá-lo para saudar o Presidente Getúlio Vargas na solenidade de inauguração do Edifício da ABI em 20 de outubro de 1939.

Nessa ocasião, Costa Rego teve oportunidade de explicitar com sutileza e destemor que independência, autonomia e liberdade diante dos governantes

constituem os pilares da missão profissional do jornalista. A circunstância era delicada. Getúlio Vargas agia como benfeitor da ABI, liberando recursos públicos para a construção do edifício inaugurado. O quadro era contraditório. Mesmo revelando-se amigável com a entidade representativa da corporação dos jornalistas, o Presidente da República não hesitaria, durante seu governo, em perseguir jornalistas e atentar contra a liberdade dos jornais. O momento era periclitante. O Brasil estava em pleno Estado Novo, regime implantado por Getúlio Vargas, que outorgara ao país, por um golpe de força, em 10 de novembro de 1937, uma constituição autoritária, suprimindo as liberdades democráticas, e um código de imprensa, amordaçando os jornalistas.

A tarefa confiada a Costa Rego era de certo modo inglória. Certamente por ter “alma de mandacaru” (como o caracterizou Otto Lara Resende) e “determinação de suicida” (traço de personalidade destacado pelo seu biógrafo Antonio Sapucaia) é que os colegas o designaram para proferir o discurso. E ele parecia emulado, como não escondeu do interlocutor, logo de saída.

“Há, nesta Associação Brasileira de Imprensa, homens de muitas origens, pois que ela reúne o pensamento ativo do país, e o pensamento não conhece limitações. Por isto, não estranhará Vossa Excelência, e eu próprio não terei a opor, nenhuma reserva, que seja um homem de minha origem quem houvesse merecido a designação, talvez um pouco intencional, de saudá-lo em nome da Casa...” (COSTA REGO, 1952: 15)

As relações entre a ABI e o Estado sempre foram preservadas, apesar das crises institucionais que opuseram os governantes e a imprensa. Elas foram justificadas politicamente como estratégia para manter canais abertos de negociação com o governo, que permitiram aos dirigentes da ABI interceder por jornais e jornalistas perseguidos. Por outro lado, elas foram mantidas fisiologicamente, funcionando como tática para obter benefícios materiais destinados à entidade e aos profissionais da imprensa.

No caso de Getúlio Vargas, do chefe revolucionário ao ditador e do populista-nacionalista ao mártir, essas relações foram cultivadas por Herbert Moses, considerado o consolidador da ABI, que a dirigiu entre 1931 e 1964. (MOREL, 1985: 119-152).

O pragmatismo de ambos - Vargas tentando cooptar a corporação e Moses objetivando ganhar benefícios coletivos - é demonstrado com clareza por um dos principais historiadores da ABI.

“Não é segredo para ninguém a mútua admiração que se votaram, inalteravelmente, ao longo dos anos, Getúlio Vargas e Herbert Moses. A êste

solicitei, um dia, resumisse em breve sentença a razão do seu devotamento por Vargas, - devotamento que eu sabia, dantemão, não provir de partidarismo político. - **Receptividade**, foi a resposta simples e imediata de Moses; receptividade aos contínuos pedidos da ABI, desvelo permanente pelos nossos problemas. (...) Era patente o seu interesse pela nossa agremiação. (...) ... firma a lei que regula o trabalho dos jornalistas profissionais. Devíamos, também, de longa data, o abatimento de 50% nas passagens marítimas e ferroviárias nas empresas administradas pela União”. (SEGISMUNDO, 1962: 23-24)

Numa outra perspectiva, a conduta de Moses é considerada politicamente correta por outro insigne historiador da ABI.

“Moses sofreu campanha tenaz por parte de alguns conselheiros, apoiado por reduzido número de sócios. Exigiam o rompimento da ABI com Vargas. A ditadura, com todo o seu cortejo de misérias, era um fato. A classe estava dividida em duas correntes: uma apoiava Vargas e outra condenava. Moses, na verdade, não tinha forças para enfrentar uma situação cujas consequências eram imprevisíveis. José Carlos de Macedo Soares era o titular da Justiça, um dos raros ministros com quem Moses entabulava conversações, obtendo, em doses homeopáticas, melhoria para os prisioneiros da ditadura. (...) Moses não via cor política e credos religiosos entre os profissionais da imprensa.” (MOREL, 1985: 135-136).

Costa Rego merecia inteira confiança de Herbert Moses. Tanto assim que integrara a diretoria por ele presidida na ABI, ocupando o cargo de primeiro secretário, na gestão 1931-1932. Ao confiar-lhe a tarefa de saudar o Presidente/Ditador, numa de suas visitas à ABI, Moses tinha consciência da sua habilidade e coragem para cumprir a missão, tendo em vista a complexidade do quadro político. Ao mesmo tempo em que necessitava contar com o beneplácito governamental para concluir o edifício da ABI, a entidade reivindicava o abrandamento da censura à imprensa.

Esse episódio foi reconstituído por Edmar Morel, explicitando sua natureza eminentemente contraditória.

“A idéia de edificação da Casa do Jornalista encontrou, por parte de Vargas, a maior receptividade. Mas o assunto não era tão fácil assim. (...) Vargas voltou à ABI, percorrendo suas obras, sendo vaiado à saída do edifício. De quem parte o apupo? Das esposas e dos filhos dos confinados em Fernando de Noronha e Ilha Grande, nas catacumbas das ruas Frei Caneca e Relação. No outro dia, mais um *nada pode ser publicado sobre o incidente à porta da ABI*”. (MOREL, 1985: 137-135)

Consciente dessa situação conflitiva, em que interesses antagônicos se confrontavam, Costa Rego escreveu uma peça oratória, na qual denota extrema sensibilidade diplomática.

Por um lado, expressava gratidão ao benemérito da ABI, responsável pela liberação de recursos públicos para o edifício inaugurado⁶, sem contudo passar recibo da implícita cooptação política pretendida pelo ilustre ditador. Por isso, ele diz que os jornalistas lhe estão agradecidos porque reconhecem no seu gesto a solidariedade do antigo colega de profissão.

“Creio não exagerar dizendo que foi inédito o interesse, como foi em verdade o concurso na elevação de uma obra deste vulto, desde a doação do terreno pelo Prefeito Pedro Ernesto até à concessão dos créditos por Vossa Excelência, Senhor Getúlio Vargas. (...) Os acontecimentos muitas vezes fazem os indivíduos, mas em outras são o resultado dos atos individuais. Quero reconhecer, com anuência geral da nossa classe, em preito justo e conquistado, que Vossa Excelência fez este acontecimento; e, não havendo nada que a ele obrigasse, nem possuindo nós o que lhe dar em troca, exceto a gratidão, único retorno possível na independência e na dignidade de nossa missão, somos obrigados a buscar nos primórdios da vida pública de Vossa Excelência, ou seja na prática do jornalismo efetivo, em que Vossa Excelência também formou seu espírito, o ponto de partida, a pedra fundamental, o alicerce desta Casa.” (COSTA REGO, 1952: 15-17)

Ao reconhecer a benemerência do Estado e do seu titular eventual, os jornalistas não abdicam, contudo, o exercício da sua missão profissional. Esta é a mensagem que Costa Rego quer transmitir a Getúlio Vargas, com toda clareza e honestidade, mostrando que os governantes e os jornalistas podem desfrutar mútuo benefício, desde que respeitem objetivamente suas prerrogativas.

“Ousamos esperar, Senhor Presidente da República, que as contribuições de Vossa Excelência na elaboração do regime profissional que hoje as leis nos asseguram, sublinhadas por sua presença desvanecedora

⁶ Adversário de Herbert Moses, o jornalista Victor de Sá diz que ele manipulou a entidade, postergando a finalização do edifício da ABI e promovendo várias inaugurações, dentre elas aquela em que discursou Costa Rego, sempre com o objetivo de alavancar mais recursos para as obras inconclusas. (Sá, 1955: 142-152) Getúlio Vargas prestou-se raposamente para protagonizar tais solenidades. Delas se beneficiaria mais diante, quando ressurgiu no cenário político brasileiro nos anos 50, personificando não mais o ditador abominável e sim o pai da pátria, de volta ao poder nos braços dos eleitores.

nesta Casa, onde todas as paredes, se tomassem formas humanas, falariam de seu nome, representam um penhor para o exercício da nossa missão. De nossa missão, quero acentuar, pois não é só de nossa profissão que se trata. Há nisto evidente interesse de ordem superior, que até as circunstâncias recomendam. O que a missão jornalística proporciona aos governos é uma ampla janela sobre que eles se debruçam para ver e ouvir, quero dizer, para utilizar os dois sentidos de verdadeira ação pública, aqueles fora dos quais o governo se debate na treva ou se esteriliza no silêncio” (COSTA REGO, 1952: 16)

Para criar empatia como seu interlocutor, Costa Rego recorre novamente à sua condição histórica de jornalista, usando sutil ironia para dizer que ele tem resistido tanto tempo no poder justamente pela sensibilidade jornalística de que se vale como governante.

“A vida política de Vossa Excelência começou nessa janela, que foi a tribuna de sua inclinação. Constitui motivo de conforto nosso que, depois destes últimos nove anos, de tantos e tão variados sucessos, quando o país tem multiplicado esforços para definir sua fisionomia, seja ainda Vossa Excelência verdadeiramente o único jornalista profissional com o supremo exercício no governo e, por coincidência grata para nós, também o único homem contra o qual nada puderam as catástrofes. Se a via de consequência por onde correm as interpretações desse exito é o engenho de sua pessoa, diante da qual, dir-se-ia, os fatos param reverentes, cabe-nos o direito, a nosso turno, de explicar o fenômeno pela sensibilidade adquirida, e Vossa Excelência adquiriu-a em nossa profissão, nesse hábito, que só ela enseja, de considerar o lado objetivo das questões.” (COSTA REGO, 1952: 19)

O climax do seu discurso está, contudo, na defesa da tese da liberdade de imprensa como oxigênio da democracia e como pilar de uma nação civilizada.

“É bem sutil e avisada a compreensão de Vossa Excelência para avaliar como isso importa não tanto a nós quanto ao país e quanto àqueles que exercem os poderes da nação. Em toda parte onde a Imprensa não viva com dignidade e não alcance o respeito merecido, sofrem os poderes a influência do pior de seus inimigos: o silêncio. Não falo do silêncio espontâneo e deliberado, mas do imposto pelas contingências e pelas determinações da autoridade. A história de muitos povos registra períodos excepcionais em que se recorrem a esse método para evitar ou atenuar certas crises internas. Mas os poderes do Estado são comunicantes: irradiam, contanto que ao mesmo tempo recebam; é do que recebem que tiram força para irradiar e que se elucidam sobre a

disciplina mesma dos seus atos.” (COSTA REGO, 1952: 18)

A coragem cívica de Costa Rego o induz a advertir Getúlio Vargas sobre as consequências da censura à imprensa. Suas palavras soam como proféticas, prevenindo-o das reações desencadeadas e dos efeitos vindouros.

“O método do silêncio que se prescreve, que se fiscaliza para ver se é completo, que se entretém por operações diárias de abafo, que se prolonga e se eleva ao extremo conforme os fatos a que deva aplicar-se, é nocivo a todo o mundo e não aproveita a um sequer de seus beneficiários transitórios, os que neles fenecem por omissão do pensamento geral não admitido ou por congestão de vontade pessoal não elucidada. A vida é um fenômeno de ação e reação. Assim como seria absurdo usá-la unicamente para reagir, é funesto pretender concentrá-la na ação sem a reação, isto é, sem o exame do efeito que produz o ato, com especialidade o ato público.” (COSTA REGO, 1952: 18-19)

c) Direito de Resposta

A esse instituto do Direito da Informação, erigido pela legislação francesa do fim do século XIX, que viria a merecer alentados estudos do jornalista brasileiro Freitas Nobre, tanto em seus comentários sobre a lei de imprensa de 1967 (FREITAS NOBRE, 1968) quanto em sua tese de doutorado defendida na Sorbonne (FREITAS NOBRE, 1973), Costa Rego dedicaria reflexões substantivas, robustecendo sua ação parlamentar com o resgate das experiências jornalísticas da juventude.

Elas estão contidas no discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em sessão do dia 27 de julho de 1923, cuja transcrição foi feita pelos Anais daquela instituição.

Costa Rego desempenhava então seu terceiro mandato como deputado federal, representando o Estado de Alagoas, pouco antes de ser eleito para Governador dessa unidade da federação. Tramitava naquela casa legislativa o projeto de lei de imprensa de autoria do Senador paulista Adolfo Gordo, suscitando grande polêmica, como tem sido recorrente na história parlamentar brasileira.

Para compreender a intervenção de Costa Rego no debate sobre a lei de imprensa, identificando certa semelhança ente o passado e o presente, pois tramita no Congresso Nacional uma lei de imprensa que se pretende venha a substituir o diploma legado pelo regime autoritário pós-64, é indispensável recuperar o seu contexto histórico. Ele foi muito bem sintetizado no livro em que o Professor Antônio Costela reconstitui a história da nossa legislação de imprensa.

“O país vivia em clima de marcada intranquilidade, denunciadora

da crise republicana que já prenunciava a Revolução de 1930. A classe dirigente, não se apercebendo de que a instabilidade política promanava de tão fundas raízes, julgava providencial um enquadramento definido e rígrado da imprensa, a fim de salvaguardar o regime. Para a consecução de tal objetivo e à vista da parcimônia com que a matéria era versada pelo Código Penal, fazia-se necessária uma Lei de Imprensa. Tomou o encargo o Partido Republicano de São Paulo. A bancada paulista, reunida em 5 de março de 1922 no Palácio dos Campos Elíseos, organizou-se para fazer aprovar a lei pretendida. Incumbido da redação do projeto, o senador Adolfo Gordo apresentou-o em 18 de julho de 1922 à Comissão de Justiça do Congresso. (...) Pela peça apresentada, notava-se que a preocupação predominante era impedir totalmente o anonimato, em atenção... (...) O anonimato sempre fora um dos mais pertinazes males do nosso jornalismo. A título, porém, de franquear o direito de resposta, o projeto destampava a jarra. Permitia a medida retificativa sem peias, nem medidas. A pessoa designada na matéria a retificar, isto é, aquele que se arrogasse o direito de obter a retificação, era 'o único juiz da forma, do conteúdo e da utilidade da resposta'. A inserção somente poderia ser recusada se 'a resposta não tiver nenhuma relação com a publicação referida'. (...) O certo é que não somente alguns Congressistas, mas também grande parte da opinião pública julgava impróprio o momento. Mais ainda, o projeto era lesivo à liberdade de imprensa". COSTELLA (1970: 89-91).

A propósito da Lei Adolfo Gordo, como ficou conhecida a Lei 4.743, de 21/10/1923, o jovem jornalista Barbosa Lima Sobrinho escreveu seu emblemático livro "O Problema da Imprensa", clássico precoce do Jornalismo Brasileiro, dedicando um capítulo ao direito de resposta. (BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1923)

Ao participar do debate, Costa Rego invocou preliminarmente sua condição de jornalista profissional, embora advertindo que não estava imbuído do "espírito de corpo" geralmente atribuído aos membros da sua corporação. Expunha suas reflexões de forma assistemática como o faria qualquer outro cidadão desprovido de formação jurídica. Três temas merecem sua atenção: anonimato, direito de resposta e nacionalização da imprensa. É contudo sobre o segundo que ele aprofundará a análise.

"Sr. Presidente, jornalista profissional há dezessete para dezoito anos, era natural que procurasse eu seguir com todo o interesse o desenvolvimento da discussão sobre a lei de imprensa, quando ela foi proposta ao Senado.

Acompanhei essa discussão, sem nenhum espírito de sistema, de sorte que as minhas observações, por esse motivo, e ainda pelas circunstâncias de que não sou legista, participam um pouco, ou, melhor, participam muito, da desordem com que estudei a matéria. Meu discurso não constituirá, portanto, propriamente, uma crítica ao projeto; será uma exposição desataviada das reflexões que o assunto requer.” (COSTA REGO, 1952: 91)

Da mesma forma em que se furta a raciocinar exclusivamente em função dos interesses da corporação jornalística, ele resiste à idéia de desqualificar o projeto a partir das suspeições políticas engendradas pelos blocos partidários, gerando sua obstrução parlamentar.

“Afasto-me desse ambiente, que reconheço pernicioso para a discussão; e, partidário como sou de uma lei de imprensa, de uma lei processual, de regulamentação dos dispositivos do Código Penal, por isso mesmo me encontro bem à vontade para manifestar as divergências que tenho, não só com a proposição do Senado, mas também com o ilustre Relator da matéria, na Câmara”. (COSTA REGO, 1952: 92)

Sua objeção fundamental está na tentativa de se abolir o anonimato, sob a alegação de que textos sem autoria explícita cria, na imprensa, um clima de irresponsabilidade. Sua tese é a de que a responsabilidade pelos artigos não assinados cabe juridicamente aos diretores das publicações, que, ao autorizarem sua divulgação, tornam-se co-autores do conteúdo.

“Esse projeto começava por uma ilusão, aliás constitucional: a da abolição do anonimato. Queria o Senador paulista que todos os artigos publicados nos jornais fossem assinados. (...) A rigor, o anonimato só é possível quando há clandestinidade da publicação. (...) Não o é, porém, quando a publicação se faz por via de um periódico, editado e dirigido por pessoa forçosamente conhecida. Essa pessoa, juridicamente, é a autora do escrito; é autora, juridicamente, ainda que não o seja literariamente.” (COSTA REGO, 1952: 92-93)

Seu argumento é o de que a assinatura não gera automaticamente a responsabilidade dos autores, mas tão somente a notoriedade. Em sendo o jornal um ente coletivo, cabe ao seu diretor-proprietário ou ao jornalista-editor, que exercita a confiança atribuída pelos acionistas da empresa, assumir responsabilidade pública pelas idéias ali disseminadas.

“Em relação ao anonimato, o Senador Adolfo Gordo parecia desconhecer o sistema de vida da imprensa... (...) deveria (...) conhecer que o conceito de responsabilidade não se liga a um simples nome por baixo de

algumas linhas impressas. (...) A exigência da assinatura do artigo (...) é sedutora aos profissionais da imprensa, que, por meio da lei, passariam a gozar do direito de se tornarem notórios perante o público. Não há quem ignore que o fato de assinar constitui, na profissão, um privilégio que se dá excepcionalmente, em certos casos e para certos indivíduos. (...) Não vivemos em regime de irresponsabilidade, nem de impunidade. A prova de que ele não é de irresponsabilidade está nos dispositivos legais que prevêm os crimes de calúnia e de injúria... (...) Pela própria lei penal vigente, o responsável efetivo por imputações caluniosas, assinadas ou não, é sempre, em último e qualquer caso, o editor”. (COSTA REGO, 1952: 93-96)

Antes de entrar na discussão sobre o direito de resposta, o antídoto concebido pelos parlamentares brasileiros para combater o anonimato e a irresponsabilidade jornalística, Costa Rego enuncia sua concepção processualística de uma lei de imprensa.

“A lei de imprensa cifra-se, portanto, em uma simples lei processual, onde se determinam os limites do direito de criticar e se definam os abusos no exercício desse direito”. (COSTA REGO, 1952: 97)

Apesar de Costa Rego entender que o direito de resposta tem configuração jurídica controversa, não podendo ser absolutizado, como dispunha o projeto de lei de Adolfo Gordo, ele admite que se trata de um direito essencialmente “sagrado”, ensejando “compensações” legais para suas vítimas.

“Um indivíduo a quem se fez no jornal uma referência que ele julgue danosa ao seu nome, ou mesmo simplesmente ilusória a respeito de atos que praticou e de opiniões que emitiu, deve merecer de fato, o espaço correspondente para a resposta ou a explicação que pretender inserir. O conceito falso, calunioso ou simplesmente errôneo, supõe-se que teve a mesma circulação do órgão de imprensa em que saiu, e, para desfazê-lo, o meio mais indicado é colocar a retificação sob os olhos do mesmo número de pessoas que leram a referência anterior, no mesmo lugar da página do jornal onde apareceu. Há nisso o que se poderia chamar o direito de compensação, e algumas legislações o consagram.” (COSTA REGO, 1952: 98-99)

Como deve ser exercido esse direito de resposta? Costa Rego defende que sua aplicação se faça através de um processo judicial, recusando o caráter peremptório implícito no projeto de lei em tramitação no parlamento brasileiro, tornando-o auto-aplicável e portanto eliminando a intervenção do aparato judiciário na apuração da verdade. Ele teme que a sua absolutização possa gerar abusos, inviabilizando a liberdade das empresas jornalísticas.

“Não há (...) direito nenhum que se estabeleça sem um processo. (...) Só na originalíssima lei do Sr. Adolfo Gordo aparecia um direito para o qual não subsistiam as fórmulas dinâmicas capazes de o por em execução. De fato, o dispositivo do seu projeto criando o direito de resposta não concedia ao jornal nenhuma regra dentro da qual ele pudesse alegar motivos de oposição. A resposta deveria ser inserta de modo formal e obrigatório, sob determinada pena. (...) Todos os comentadores do direito de resposta têm acentuado os abusos que são possíveis à sombra do mesmo. (...) É preciso ter em vista que nem sempre a resposta é uma retificação, nem sempre ela exprime o desejo de esclarecer, mas inúmeras vezes revela o de debater. Assim, há casos em que a resposta não é mais do que a réplica de um adversário. Ora, é justo, não há dúvida, que ao particular atingido se proporcionem os meios de reparação imediata do dano de uma alegação falsa; mas não é justo nem moral que ao adversário de uma idéia se abra, pela força da lei, a mesma tribuna de onde a idéia foi pregada. E o direito de resposta consubstanciado no projeto endossa este absurdo.” (COSTA REGO, 1952: 99-101)

Diante disso, Costa Rego propõe que o direito de resposta na nova lei de imprensa seja restringido aos casos de retificação e legítima defesa.

“Verifica-se logo, quando se estudam as hipóteses, que o direito de resposta precisa ter limitações inteligentes. (...) De modo geral, só se deveria admitir a resposta como um direito contra o ataque, um direito, portanto, de defesa. Mas, mesmo fora da crítica literária, teatral, artística ou científica, na própria crítica política, o jornal pode não atacar e apenas apreciar. Responder-me-ão que é difícil que a lei distinga entre ataque e apreciação. Mas a dificuldade se resolveria mesmo sem a definição dada por um texto de lei. Não há ninguém de boa fé que, após a leitura de um artigo, não saiba se o jornalista atacou ou simplesmente apreciou. Poderíamos, portanto, estabelecer, como princípio inicial, que as simples apreciações não geram o direito de resposta, o qual ficaria limitado às retificações e à legítima defesa.” (COSTA REGO, 1952: 103-104)

Mas as ponderações de Costa Rego, como de resto aquelas formuladas por outros críticos, na imprensa ou parlamento, não conseguiram mudar o rumo dos acontecimentos. Apesar de alguns ajustes, a nova lei foi aprovada com o mesmo caráter draconiano que a motivou politicamente.

“Esse texto, que se tornou conhecido como Lei Adolfo Gordo, começava por reforçar com pesadas multas as penas previstas para alguns crimes arrolados no Código Penal e na Lei de Repressão ao Anarquismo,

quando praticados por meio da imprensa. (...) O direito de resposta, conhecido em legislações estrangeiras desde o século anterior, foi introduzido pelo novo diploma nos seguintes termos: *Art. 16. Os gerentes de um jornal ou de qualquer publicação periódica são obrigados a inserir, dentro de três dias, contados do recebimento, a resposta de toda a pessoa natural ou jurídica que for atingida em publicação do mesmo jornal ou periódico por ofensas diretas ou referências de fato inverídico ou errôneo que possa afetar a sua reputação e boa fama.*" (COSTELLA, 1970: 90-91)

d) Relação entre imprensa e governo

Como deve se comportar o mandatário do poder público diante da imprensa? Subvencioná-la (ou corrompê-la) para granjear apoio incondicional? Persegui-la quando ela lhe faz oposição? Processar os jornalistas que lhe dirigem críticas?

Quando exerceu o cargo de Governador do Estado de Alagoas, na década de 20, Costa Rego se deparou com situações dessa natureza. E as enfrentou com a experiência adquirida como jornalista profissional, sendo fiel aos princípios de preservação da autonomia jornalística frente ao poder instituído.

No entanto, seus adversários na política alagoana trataram de lhe atribuir uma conduta atribulada, acusando-o de haver malbaratado a imprensa estadual. Trata-se de uma faceta que persistiu nos anais históricos, tal como a registram alguns dos seus contemporâneos.

"Na República Velha fazer jornalismo político em Alagoas era rasgo de coragem, desprendimento e renúncia, situando o jornalista entre as fronteiras da agressão física, da desmoralização na vida pública e do empastelamento no jornal em que trabalhava. Às vezes o atentado partia do próprio jornalista investido em função de mando, como ocorreu com o periódico *A Pátria*, do ex-governador Fernandes Lima, empastelado no governo do Jornalista Costa Rego." (IVO JUNIOR, 1992: 96)

"No seu governo a imprensa local ficou reduzida ao *Jornal de Alagoas*, órgão do Partido Democrata, que apoiava o governo, *O Semeador*, porta-voz da Igreja Católica, o *Diário Oficial*, que se restringia à publicação dos atos oficiais e o jornal humorístico *O Bacurau* que, segundo os preceitos da comédia grega, rindo, procurando corrigir os costumes, o que não me consta houvesse conseguido". (MENDONÇA JUNIOR, 1979: 89)

No entanto, os jovens historiadores fazem o desconto das paixões políticas que impregnam os analistas dos acontecimentos provincianos e

lhe concedem, pelo menos, o benefício da dúvida.

“Jornalista de profissão, conhecendo a imprensa local, sempre facciosa, talvez não tenha hesitado em fechar jornais e banir jornalistas”. (VERÇOSA, 1996: 150)

Essa imagem negativa de Costa Rego forjou-se e sedimentou-se, em grande parte, como consequência do desdém com que premiava os adversários políticos, ignorando suas acusações. Endossava assim o atributo de arrogante que os oposicionistas lhe creditavam frequentemente.

“...não tenho o gosto de dialogar com as pessoas que me detestam e a quem me parece que basta o castigo da indiferença e do esquecimento que lhes dedico.” (COSTA REGO, 1952: 174)

“Resolvi que o melhor castigo a infligir-lhe seria o de lhe não ler a pobre e precária sintaxe. E não a li, tive a força de vontade de nunca a ler, nem mesmo quando ele, desvairado por meu desprezo, retalhava as colunas de seu papel impresso e - segundo um antigo hábito seu, que também o é de família - me mandava em cartas anônimas, assim espostejada, sua triste e amarga alma de cacique em férias”. (COSTA REGO, 1952: 174)

Mas a caricatura que dele forjaram seus detratores tornou-se muito exagerada, diante do solene silêncio e da simbólica ausência do cenário estadual. Ao concluir sua gestão no governo do Estado, Costa Rego retornou ao Rio de Janeiro, com um mandato de Senador, reassumindo também as lides jornalísticas. Sua explicação é a de que preferia manter-se à distância da terra natal para dar liberdade de ação ao sucessor que elegeu, por sinal outro jornalista como ele. Contudo, as farpas acusatórias transbordaram as fronteiras estaduais, espalhando-se também pela capital federal. Isso o motivou a escrever um documento de defesa, menos dirigido aos adversários alagoanos do que aos membros da sua corporação profissional, restaurando sua imagem de jornalista responsável. Mas o faz com grande ironia, no artigo “Como foi que persegui a imprensa”, publicado simultaneamente na imprensa carioca, paulista, pernambucana e alagoana.

“O homem público está exposto à crítica de seus concidadãos. (...) Os juízos correntes nem sempre são os juízos exatos e, gerados com frequência da ignorância, da paixão ou da má-fé, hão de dar-vos quase sempre uma segunda personalidade... (...) Dessas caricaturas está cheia a política. (...) A caricatura é o exagero do traço principal de semelhança do indivíduo. (...) Os caricaturistas haveriam necessariamente de ver que, antes de político, fui jornalista; e ainda hoje me considero menos um político

do que um jornalista político. De qualquer forma, tenho na função de jornalista o traço principal de minha personalidade. (...) Meus adversários na política do Estado voltam a por em circulação a velha mentira, já por mim desarticulada, de que, jornalista, me utilizei do poder de governador das Alagoas para fechar jornais e ainda hoje, embora afastado do governo, me sirvo da suposta ascendência, que eles sabem que não existe, mas propalam que tenho, sobre o espírito do ilustre governador atual, para impedir que circulem outros jornais em nossa terra. Numa palavra, o Estado de Alagoas, por seu governador e seus homens públicos responsáveis, não tolera jornais: os que existem desaparecem; os que pretendem existir são impedidos de nascer". (COSTA REGO, 1952: 175-176)

A seguir, descreve os fatos e apresenta argumentos. O ápice da questão reside na singularidade do panorama jornalístico alagoano, exíguo e incipiente, economicamente inibidor de múltiplas iniciativas no campo dos jornais diários ou dos semanários, a não ser que recebam subsídios estatais. Por questão de princípio, o jornalista-governador eliminou a concessão de recursos públicos para a manutenção ou a fundação de jornais, suprimindo também da folha de pagamento do Estado aqueles jornalistas que lá figuravam a título de recompensa pelos favores prestados ao governo. Esse comportamento desagradou os donos de jornais que não queriam investir recursos próprios para custear as respectivas publicações. Da mesma forma, irritou jornalistas beneficiados com salários governamentais sem que atuassem no aparato burocrático do Estado. Alguns se julgaram perseguidos por militarem na oposição. Outros se consideraram traídos porque o governador era jornalista e faltara com a solidariedade usual entre os colegas de profissão...

Em seu artigo de defesa, Costa Rego repassa todos os casos evidenciados por seus acusadores, demonstrando cristalinamente que os jornais desapareceram porque não se sustentavam economicamente. Sua tese é de que os pequenos Estados nordestinos eram, naquela época, caudatários da imprensa pernambucana. O mercado local não justificava economicamente a existência de tantos jornais como pretendiam os chefes políticos, a não ser que recebessem subsídio governamental. Somente poderiam sobreviver os que fizessem investimentos para capitalizar a identidade estadual, atraindo leitores e anunciantes.

"... não é de estranhar que mesmo em Maceió, capital do Estado e principal centro de população e de cultura das Alagoas, haja jornais que desapareçam, independentemente da vontade do governo. Trata-se de uma cidade

de menos de cem mil habitantes, onde a indústria da publicidade é, pela própria natureza das coisas, precária. Os jornais de Pernambuco, em número elevado, são lidos no território das Alagoas no próprio dia em que se publicam no Recife. (...) Somos, pois, em matéria de imprensa, e pela fatalidade das condições geográficas - como são os paraibanos e os rio-grandenses do Norte - tributários de Pernambuco. A grande imprensa das Alagoas é a pernambucana. A imprensa local é meramente subsidiária. (...) Contra essa concorrência não há esforço proveitoso. De modo que o aparecimento e o desaparecimento de um jornal em Maceió constituem fatos banais, que sempre se verificaram em todos os governos.” (COSTA REGO, 1952: 176-177)

Passando da defensiva à ofensiva, Costa Rego proclama: “Não fui, portanto, no governo do meu Estado, um perseguidor da imprensa. Em mais de uma circunstância, fui um defensor da mesma...” (COSTA REGO, 1952: 183)

E passa a enumerar suas intervenções para garantir a incolumidade de jornalistas ameaçados por seus inimigos e para resistir ao assédio daqueles que pretendiam ser corrompidos pelo governo em troca de favores não solicitados. Sublinha também sua conduta não persecutória, deixando de processar os jornalistas que o ofenderam ou vilipendiaram. Concluindo sua argumentação, reafirma a coerência mantida em relação às suas concepções jornalísticas, mesmo ocupando funções de Estado.

“Queiram ou não meus adversários, sou jornalista. No governo do Estado das Alagoas, não fiz senão honrar o jornalismo, donde não saí e onde continuo, com a fé de profissional. A muitos jornalistas que me ofenderam, quando no exercício daquele meu mandato, eu poderia ter processado e feito condenar. Nunca apelei para a Justiça, porque, jornalista também eu, me repugnava servir-me das armas da lei contra jornalistas, ainda que em desagravo de calúnias e injúrias que visavam a abalar minha reputação. Quando o ataque era de boa-fé, respondia-lhe, explicava-me, e cheguei, assim, a vencer muitos colegas. Quanto o ataque era sistemático e revelava o propósito de atrair-me a uma polêmica de mera feição partidária, eu silenciava...(...) Mas houve sobretudo um ponto de minha administração, no governo das Alagoas, que me honra como jornalista, e não o quero calar: é que nunca, em nenhum caso, corrompi a imprensa. Não gastei com a imprensa um tostão. Os que me aplaudiram nada ganharam; fizeram-no por livre e espontânea vontade, gratuitamente. Os que me lapidaram, nem por me lapidarem, nada também vieram depois a ganhar, de mim. Ao concluir o governo, minha consciência de profissional ditou-me um

ato que me pareceu um dever: destruí de meu arquivo tudo quanto me pudesse um dia servir de arma contra os jornalistas que me dirigiram cartas, antes de me dirigirem insultos. É que eu, acima deles, via a imagem da Imprensa, com a autoridade que precisa ter, a fim de que a respeitarem e ela possa prestar os serviços que nem sempre presta, mas que todos os jornalistas apaixonados por sua pena devem esforçar-se para que preste, ativa e dignamente”.

Trata-se de um testemunho que ilustra convincentemente sua postura profissional, expressando retidão ética e coerência cívica. Reside sem dúvida aí a motivação de Anísio Teixeira ao elegê-lo como jornalista paradigmático da sua geração, ungindo-o como Primeiro Catedrático de Jornalismo do Brasil.

Restam escassas evidências dessa sua atuação como professor dos jovens jornalistas que passaram pelos bancos escolares da efêmera Universidade do Distrito Federal⁷. Mas o resgate das suas principais idéias sobre a profissão que tanto o desvaneceu pode servir como ponto de partida para restaurar a memória dos conteúdos jornalísticos disseminados na sua cátedra. Elas talvez tenham influenciado ou desafiado outras cátedras, que vieram a funcionar nas universidades brasileiras da segunda metade do século XX, quando os cursos de jornalismo ganharam legitimidade, incorporando-se ao cenário acadêmico nacional⁸.

7 Este não foi o caso do Curso Livre de Jornalismo, ministrado em São Paulo, em 1943, por Vitorino Prata Castelo Branco, cujas aulas, previamente escritas, seriam, depois, apostiladas, ensejando o volume *Curso de Jornalismo* (São Paulo, Tipografia Cultura, 1945). Trata-se de um documento precioso para se conhecer as concepções jornalísticas disseminadas no país e assimiladas pelo contingente que frequentou o curso presencial, oferecido pelo autor na sede da Associação Paulista de Imprensa, ou que acompanhou as lições, em fascículos, distribuídos aos alunos inscritos nos cursos por correspondência que ele manteve durante alguns anos, fortalecendo o ensino de jornalismo à distância (CASTELO BRANCO, 1987: 24). Registre-se que essa modalidade de ensino havia sido experimentada em 1941/1942 pela Escola Superior de Jornalismo, mantida no Rio de Janeiro pela Associação de Jornalistas Católicos (GOMES, 1996: 13)

8 Um balanço crítico dessa trajetória da formação dos jornalistas no Brasil foi feito no simpósio “50 anos de ensino de jornalismo”, realizado em 1993, em Vitória do Espírito Santo, durante o congresso anual da INTERCOM. As análises e reflexões feitas, na ocasião, por José MARQUES DE MELO, Sérgio MATTOS e Dirceu Fernandes LOPES estão enfilexadas na primeira parte do volume *Transformações do Jornalismo Brasileiro: ética e técnica* (São Paulo, INTERCOM, 1994).

4. Fontes bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando de. 1963 - *A Cultura Brasileira - Introdução ao estudo da cultura no Brasil*, 4ª. ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília
- BAHIA, Juarez. 1990 - *História da Imprensa Brasileira*, São Paulo, Ática
- BARBOSA, Marialva. 1996 - *Imprensa, Poder e Público*, Vol. I, Niterói, Universidade Federal Fluminense (tese de doutorado)
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. 1923 - *O problema da imprensa*, Rio, Alvaro Pinto (2ª. ed., EDUSP, 1988)
- BARBOSA LIMA SOBRINHO. 1996 - *Hipólito da Costa, pioneiro da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Assis Chateaubriand
- CASTELO BRANCO, Vitorino Prata. 1945 - *Curso de Jornalismo*, São Paulo, Tipografia Cultura
- CASTELO BRANCO, Vitorino Prata. 1987 - *O Primeiro Curso de Jornalismo em São Paulo*, *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, 18, São Paulo, ECA-USP, 23-26
- COSTA REGO. 1928 - *Na terra natal (1924-1928)*, Maceió, Imprensa Oficial
- COSTA REGO. COSTA REGO. 1930 - *Como foi que persegui a imprensa*, Rio de Janeiro, edição particular
- COSTA REGO. 1952 - *Águas passadas*, Rio de Janeiro, José Olímpio
- COSTELLA, Antonio. 1970 - *O controle da informação no Brasil*, Petrópolis, Vozes
- CUNHA, Luiz Antônio. 1980 - *A universidade temporã - o ensino superior da Colônia à Era Vargas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- FAUSTO, Bori. 1995 - *História do Brasil*, São Paulo, EDUSP
- FREITAS NOBRE. 1968 - *Lei da Informação*, São Paulo, Saraiva
- FREITAS NOBRE. 1973 - *Le Droit de Réponse et la nouvelle technique de l'information*, Paris, Nouvelles Editions Latines
- GOMES, Pedro Gilberto. 1996 - *Escola Superior de Jornalismo*, In: PESSINATTI, Nivaldo, coord. - *Memorial dos trabalhos apresentados ao GT "Religiosidade e Comunicação" durante o 19º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, São Paulo, INTERCOM, 16 p.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. 1952 - *Prefácio*, In: COSTA REGO - *Águas passadas*, Rio de Janeiro, José Olímpio
- IVO JUNIOR, Floriano. 1992 - *Crônicas e Depoimentos*, Recife, Compa-

- nhia Editora de Pernambuco
- MARQUES DE MELO, José. 1974 - *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*, São Paulo, Paulinas
- MARQUES DE MELO, José. 1994 - *Transformações do Jornalismo Brasileiro: ética e técnica*, São Paulo, INTERCOM
- MARQUES DE MELO, José. 1993 - O Jornalismo de Rui Barbosa: Campanhas e Combates, *Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo*, 2, São Paulo, ECA-USP, p. 43-62
- MARTINS, Wilson. 1977-78 - *História da Inteligência Brasileira*, vol. VII (1933-1960), São Paulo, Cultirx/EDUSP
- MENDONÇA JUNIOR, A S. 1979 - Vida social alagoana na década de 20, In: AZEVEDO, J., org., *Documentário das Comemorações do Cinquentenário do Grêmio Literário "Guimarães Passos"*, Maceió, EDUFAL
- MIRANDA, Bernardino Araújo. 1997 - *História Contemporânea das Alagoas*, Maceió, São Bento
- MORAES, Dênis de. 1992 - *O Velho Graça - Uma Biografia de Graciliano Ramos*, Rio de Janeiro, José Olímpio
- MOREIRA, Sônia Virgínia. 1991 - Uma experiência pioneira, *Revista de Comunicação*, 25, Rio de Janeiro, p. 26
- MOREL, Edmar. 1985 - *A Trincheira da Liberdade: História da ABI*, Rio de Janeiro, Record
- NUZZI, Erasmo. 1992 - 40 anos de ensino de jornalismo no Brasil: relato histórico, In: KUNSCH, Margarida, org. - *O ensino de comunicação - análises, tendências e perspectivas*, São Paulo, ABECOM, p. 20-39
- RAMOS, Clara. 1979 - *Mestre Graciliano - Confirmação Humana de uma Obra*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- RESENDE, Otto Lara. 1994 - Costa Rego. Da imortalidade dos jornais. In: *O príncipe e o sabiá (e outros perfis)*, São Paulo, Companhia das Letras
- SÁ, Victor de. 1955 - *Um repórter na ABI*, Rio de Janeiro, Editora A Noite
- SAPUCAIA, Antonio. 1989 - *Costa Rego, esse esquecido*, Maceió, Sergasa
- SEGISMUNDO, Fernando. 1962 - *Imprensa Brasileira, vultos e problemas*, Rio de Janeiro, Alba
- TENÓRIO, Douglas Apratto. 1997 - *A Metamorfose das Oligarquias*, Curitiba, HD Livros
- TRAVANCAS, Isabel. 1993 - *O mundo dos jornalistas*, São Paulo, Summus
- ERÇOSA, Elcio de Gusmão. 1996 - *Cultura e Educação nas Alagoas*:

História, Histórias, Maceió, EDUFAL

WEBER, Max. 1910 - Para una sociología de la Prensa (Alocución en el Primer Congreso de la Asociación Alemana de Sociología, Frankfurt, p. 434-441). Tradução ao espanhol de Susana Kehl Wiebel, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 57, Madrid, CIS, 1992, p. 151-259

WERNECK SODRÉ, Nelson. 1977 - *História da Imprensa no Brasil*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Graal, 2ª. ed.